

Governo vence imobilismo do Senado

Ismar Cardona 22 JAN 1995

Wanderlei Pozzemborn

Domingo, uma hora da tarde. Toca o telefone na casa do senador José Fogaça (PMDB-RS). Seu filho Gustavo atende e chama o pai:

“Papai, tem um sujeito aqui querendo falar contigo. Disse que é o Fernando Henrique Cardoso. Se ele for o presidente, eu sou o Pelé.”

Fogaça atende. Era o próprio que estava ligando da casa do genro, David Zilbersteijn, secretário de Energia do Estado de São Paulo, onde estava almoçando.

No cardápio do almoço certamente figurou o projeto de lei das Concessões dos Serviços Públicos, pois o presidente convidou Fogaça para uma reunião no dia seguinte, no Palácio, a fim de buscar a fórmula para romper um impasse que já durava 20 meses.

Fogaça foi o relator do projeto no Senado.

O projeto de lei das Concessões dos Serviços Públicos, apresentado pelo então senador Fernando Henrique em 1991, empacara no Senado porque as empresas concessionárias estaduais de energia elétrica e seus funcionários não aceitavam nada que alterasse a situação atual.

Na conversa telefônica, Fernando Henrique disse que não iria aceitar mais o imobilismo e que precisava fazer alguma coisa.

Ele quis saber de onde partiam as maiores resistências ao projeto e lembrou que o fato de estarem assumindo novos governadores e novos secretários de Energia abria um espaço maior para a negociação.

Batalha — Quarta-feira, 23h. O Senado aprova o projeto de lei das Concessões. Por pouco, a vitória não escorre pelo ralo do Senado, e o presidente teria de engolir sua primeira derrota. Estavam presentes 42 senadores. O quorum exigido era 41.

Os dois votos que garantiram a primeira vitória parlamentar do governo foram dados pelos senadores Dario Pereira (PFL-RN) e Magno Bacellar (PDT-MA), ambos ligados ao setor de transportes coletivos.

Pelo acordo fechado com o governo naquele mesmo dia, as atuais concessões para os transportes coletivos urbanos foram prorrogadas por dois anos.

Para FHC, a aprovação do projeto agora era uma questão vital.

Além do grande número de investidores nacionais e estrangeiros que querem aplicar pesado no setor de infra-estrutura, se a votação fosse adiada para o próximo mês as discussões e negociações com o novo Congresso teriam que recomeçar do zero.

Além do mais, teria perdido seu primeiro embate contra o corporativismo das estatais.

No Planalto, essas empresas sempre tiveram no ex-presidente Itamar Franco um poderoso aliado. Nacionalista e defensor intransigente da presença do Estado na economia, Itamar Franco sempre reagiu a iniciativas que mexessem no desenho tradicional do Estado brasileiro.



O senador Fogaça, relator do projeto de concessões, ajudou Fernando Henrique a conseguir a aprovação do Senado